

RESENHA

MACEDO, A.T.; C. RONCARATI & M.C. MOLLIKA (orgs.) (1996)  
*Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Resenhado por: Rosane de ANDRADE BERLINCK  
(UNESP-Araraquara/ CNPq)

Palavras-chave: Sociolinguística; Conversação; Variação; Discurso;

Key words: Sociolinguistics; Conversation; Variation; Discourse;

A coletânea organizada por Macedo, Roncarati & Mollica reúne resultados de pesquisas desenvolvidas durante o Projeto “Mecanismos Funcionais do Uso da Língua” (MFUL), da equipe de pesquisadores do PEUL e também inclui trabalhos posteriores à conclusão do projeto, em 1989.

Os oito textos que compõem o livro abrangem questões de temática variada, da fonologia à semântica, da morfossintaxe ao discurso, passando por um texto programático. Apesar da diversidade de temas, existe uma unidade de perspectiva, representada pela abordagem variacionista e pela busca comum de um tratamento discursivo-funcional dos fenômenos analisados.

Todas as análises se utilizam de dados empíricos de fontes diversas (entre elas a Amostra Censo), privilegiando a língua falada. Apenas um dos estudos - o de Paredes da Silva - lança mão de uma amostra de língua escrita informal.

*Análise Sociolinguística de Alguns Marcadores Conversacionais* começa por um *état de l'art* do estudo dos marcadores conversacionais, definidos como “uma floresta virgem” de difícil penetração. Nesse ambiente inóspito, Silva & Macedo optam pela tarefa mais árdua, ao escolher como objeto “as formas de uso e sentido não usuais em relação às categorias previstas nas gramáticas tradicionais” (p.11). O estudo limita-se aos marcadores definidos como “iniciadores” - *bom, ah e olha* -, aos “requisitos de apoio discursivo” (RADs) - *né?, sabe? e entendeu?*, à forma *assim*, e ao “seqüenciador” *aí*, os mais frequentes no *corpus*. Cada grupo é caracterizado a partir de fatores sociais - *sexo, idade e grau de*

*escolaridade* -, do fator *gênero do discurso* (narrativa, descrição etc.) e de fatores de ordem sintática, semântica e discursiva.

Algumas das conclusões advindas da análise indicam que, além de assinalarem o início de um assunto novo, os “iniciadores” também funcionam como “atenuadores”, “preservadores da face”. Essa última também constitui uma das funções do marcador *assim*, utilizado com frequência para “administrar” assuntos custosos ou embaraçosos. No nível da organização da sentença, *assim* aparece normalmente como um “anunciador de uma função de complemento”, o que leva as autoras a concluir que essa forma se liga a processos de planejamento verbal.

Quanto aos RADs, conclui-se que, ao contrário do que se verifica no francês de Montreal para formas semelhantes, eles ainda mantêm uma função interrogativa em português, atuando como elemento importante na interação. Finalmente, o marcador *aí*, além de partilhar de algumas das funções de conectivo da conjunção *e*, atua como organizador discursivo, indicando seqüências temporais e mudança de assunto. É, por isso, muito comum em narrações.

O estudo representa uma contribuição importante para a caracterização dos marcadores conversacionais em português e, de um modo mais geral, para se chegar a uma definição mais clara de “marcador conversacional”. Ao demonstrarem que os marcadores têm funções discursivas bem definidas e que são usados de maneira sistemática e previsível, as autoras provam a inadequação do tratamento desses elementos como meros vícios de linguagem e garantem-lhes um lugar inegável na descrição lingüística.

Os argumentos e a análise apresentados em *Mecanismos Funcionais do Uso da Língua*, de Naro & Votre, publicado anteriormente na Revista D.E.L.T.A. (vol. 5, nº 2, 1989), derivam de dois trabalhos anteriores dos mesmos autores - um de 1984 e, em especial, um de 1986. O presente texto é mais programático que os precedentes, utilizando as análises já desenvolvidas para ilustrar e defender uma abordagem funcionalista da linguagem. Essa defesa é construída, em parte, pela crítica às propostas formalistas. A utilização de dados intuitivos é totalmente rejeitada e a noção de estrutura como entidade autônoma é considerada “uma espécie de ilusão de ótica criada

pelo próprio linguísta ao observar as regularidades' presentes no uso (p.52).

A proposta é sustentada com base em estudos sobre pidgins e crioulos (Sankoff 1982, Givón 1979) e em uma análise da construção VS desenvolvida pelos próprios autores. Nessa análise, encontra-se, a meu ver, o ponto frágil do texto. Não propriamente pela explicação funcionalista, mas porque, embora sete anos separem essa republicação da primeira, os autores ignoraram as análises formalistas do fenômeno que surgiram nesse intervalo. Com isso, muitos dos argumentos desenvolvidos ficaram prejudicados.

É o caso da relação entre VS e verbos transitivos. Para os autores, as análises gerativistas definem essa relação como de incompatibilidade total, enquanto os funcionalistas, fiéis aos dados, admitem-na como uma possibilidade, embora rara. No entanto, estudos como os de Tarallo & Kato (1989), Kato (1993) e Kato & Raposo (1994) assumem essa possibilidade e apresentam propostas para sua análise. Em estudos recentes (Andrade 1995, Andrade Berlinck, no prelo), mostro que a construção VS com verbos transitivos era bastante freqüente em estágios anteriores da língua. Além disso, pelo menos uma de suas variantes posicionais - a construção VSX - admitia sujeitos considerados atípicos nesse contexto pelos autores: agentivo, individuado, mencionado anteriormente no discurso. Esses fatos apontam para a complexidade e a heterogeneidade do fenômeno, que não se esgota nos dados analisados por Naro & Votre.

É evidente que a idéia central do texto - a defesa de uma abordagem funcionalista da linguagem - não fica invalidada pelos problemas que acabo de apontar, pois se baseia em um conjunto sólido de estudos. Acredito, no entanto, que a proposta poderia sair fortalecida, se a análise de VS fosse revista a partir das contribuições formalistas mais recentes ao tema.

A análise proposta por Paiva em *Aspectos Semânticos e Discursivos da Relação de Causalidade* revela que essa relação é determinada por aspectos de ordem semântica, pragmática e discursiva, organizados concêntricamente segundo seu grau de abrangência.

A autora retoma a análise clássica da causalidade como fenômeno semântico, para mostrar que nem sempre as noções de *condição*, *tempo* e *agentividade*, consideradas fundamentais nessa abordagem, explicam satisfatoriamente todas as relações causais presentes no discurso oral. Nesse sentido, sua argumentação é rica e convincente. Um ponto, porém, mereceria ser revisto na discussão sobre a relação causa-tempo. Segundo a autora, esta implicaria, erroneamente, numa associação entre causa e evento, quando, de fato, a relação também pode-se dar entre um evento e um estado ou processo. Como opõe *evento* a *estado* e *processo*, deduz-se que Paiva entende *evento* como uma ação/situação pontual, e portanto acabada. Ora, a dimensão temporal apenas determina que a causa não seja posterior ao seu efeito, mas não exige que ela represente uma ação acabada. Logo, *estados* e *processos* podem constituir causas, sem que isso invalide a associação causa-tempo.

Já que uma análise meramente semântica da causalidade revelou-se inadequada, a autora propõe que se passe a um nível pragmático, em que a relação causal depende da atualização de um princípio argumentativo mais geral que reconhece uma situação como causa possível de um determinado efeito. No entanto, o efetivamente produzido ultrapassa os limites dos dois níveis. Como argumenta Paiva, o que vale de fato no nível do discurso é a *causa alegada* - aquela que é criada no ato de enunciação, e que abrange conceitos como explicação, justificativa, razão e evidência. Nessa perspectiva, a noção de causa fica bastante ampliada.

Numa análise criteriosa, Paiva consegue provar a necessidade de se avaliar a relação causal na situação discursiva e sugere que a análise de outras relações semânticas também deveria tomar o discurso como quadro de referência. Essa proposta de ampliação da perspectiva de análise é extremamente importante. Principalmente, porque não se trata de rejeitar a análise semântica, mas de reavaliá-la sob o ponto de vista mais amplo do discurso. Essa postura nem sempre comum de somar conhecimentos é louvável e deveria pautar qualquer estudo que se interesse pelo uso da língua.

Omena & Braga iniciam *A gente está se gramaticalizando?*, introduzindo o conceito de “gramaticalização”: um processo “em que um item, se lexical, passa a ser gramatical; se gramatical, torna-se mais gramatical ainda” (p.75). Em seguida, fazem um breve relato do desenvolvimento dessa idéia, desde uma abordagem diacrônica até a

incorporação de uma perspectiva sincrônica, voltada para o estudo de fenômenos sintáticos e pragmático-discursivos.

Para verificar se *a gente* estaria se gramaticalizando, as autoras lançam mão dos princípios propostos por Hopper (1991) como indícios de um processo de gramaticalização em fase inicial. Fica demonstrado que, além de se encontrar em competição com *nós* no mesmo domínio funcional (princípio de *layering*), *a gente* se define positivamente em relação aos outros princípios analisados.

Assim, verifica-se a permanência da forma *gente* como um item autônomo, ao lado de *a gente* (princípio da divergência). Por outro lado, começa-se a observar uma especialização das formas em competição (princípio da especialização): *a gente* predomina na maioria das funções sintáticas, com exceção da função de adjunto adnominal, reduto de nós. Apesar da expansão do uso de *a gente*, a forma guarda alguns traços semânticos da forma fonte. Finalmente, a perda de características morfossintáticas próprias à forma fonte (mobilidade de colocação, flexão de número e grau) indicam que *a gente* está passando de categoria plena a secundária (princípio da decategorização). Os resultados levam Omena & Braga a concluir que, efetivamente, a forma *a gente* está se gramaticalizando.

Um volume já bastante significativo de estudos (Omena, 1981; Duarte, 1989,1995; Tarallo, 1983,1985) têm demonstrado que o sistema pronominal do PB está passando por reformulações profundas em sua organização. O estudo de Omena & Braga vem enriquecer esse conjunto de análises, por ir além da caracterização quantitativa da distribuição das formas variantes. Ao testar a pertinência dos postulados de Hopper (1991), qualifica-se a variação como mudança e qualifica-se a mudança, definindo-se os tipos de processos morfo-sintático-semânticos que a caracterizam. Além do resultado específico da análise, por si só importante para uma compreensão mais dinâmica do sistema pronominal do PB, o estudo tem o mérito de introduzir uma nova abordagem da mudança lingüística, ainda pouco explorada na análise do português.

O título do texto de Paredes da Silva - *Quando escrita e fala se aproximam: uso do pronome de terceira pessoa em cartas pessoais* - já revela uma das conclusões principais da autora nessa análise. Tendo

situado o fenômeno, a autora vai explicitar o “como” se dá essa aproximação.

Na escrita, o uso do pronome de terceira pessoa depende da ocorrência prévia do nome; logo, pronomes não podem aparecer em primeira menção. Na fala, o contexto discursivo-pragmático pode suprir as informações necessárias à interpretação do pronome, que pode, então, ocorrer em primeira menção. Paredes da Silva constata que, em um tipo informal de escrita, a correferência pode se dar como na fala. Essa possibilidade está diretamente relacionada com o grau de intimidade existente entre o emissor e o destinatário da mensagem e a familiaridade que ambos têm com o assunto.

Esse mesmo grau de conhecimentos compartilhados permite que entidades disponíveis sejam introduzidas na posição canônica de sujeito, normalmente reservada a entidades já mencionadas no texto. Deve-se destacar aqui o cuidado metodológico da autora, que, quando necessário, recorreu aos informantes para desfazer a ambigüidade *disponível/novo* na determinação do estatuto informacional das entidades analisadas.

O estudo de Paredes da Silva vem mostrar que nem sempre a correferência se resolve na relação entre orações contíguas. Muitas vezes é preciso buscar o antecedente no período, no âmbito do parágrafo ou mesmo no contexto situacional. Nesse sentido, sua análise cumpre plenamente o objetivo inicial de revelar as limitações de uma análise estritamente formal do fenômeno, ao mesmo tempo que dá conta de dados que ficam excluídos das propostas formalistas.

Além disso, o estudo tem o mérito de trazer mais subsídios para a concepção de fala e escrita como um continuum, fato que deve ser necessariamente levado em conta em qualquer análise lingüística.

Em *A Negação no Português Falado*, Roncarati relata resultados de um estudo realizado em Fortaleza sobre os diferentes padrões de negação encontrados na fala: NEG-V, NEG-V-NEG e V-NEG. O estudo inclui testes de avaliação sócio-funcional dos padrões e análise de aspectos morfossintáticos.

A primeira dessas estratégias de análise revela discordâncias entre o «imaginário» do nordestino e o que de fato ocorre na fala. Conclui-se

que a negação dupla e a negação pós-verbal não são exclusivas do falar nordestino e que os padrões de negação se associam a diferentes informações pragmáticas, além da interpretação enfática.

Na análise de aspectos morfossintáticos, Roncarati destaca que a negação posposta é mais freqüente em cláusulas absolutas que representam turno único. Já a negação dupla ocorre principalmente em cláusulas independentes. Por outro lado, ambos os padrões tendem a não incluir sujeito ou complementos pós-verbais lexicalizados. A autora interpreta os resultados como “sintomas” do caráter elíptico dessas construções: tanto cláusulas afirmativas como negativas estão vinculadas a tópicos presentes no discurso, o que estimula “a eliminação de informação redundante”. A negação posposta seria o melhor exemplo desse princípio de economia.

A organização das tabelas que expõem os resultados não favorece, de modo geral, a recuperação de informações sobre a negação pré-verbal. Apesar de o texto enfatizar especialmente a negação dupla e pós-verbal, creio que uma reformulação das tabelas seria proveitosa para o leitor.

A autora finaliza seu artigo propondo duas hipóteses diacrônicas sobre a negação. Por um lado, sugere que a negação pós-verbal talvez tivesse surgido num processo semelhante ao da negação em francês: negação pré-verbal > negação dupla > negação pós-verbal. Por outro lado, aponta a possibilidade de a negação posposta estar se desgramaticalizando no PB atual: formas como ‘é não’ e ‘sei não’ já teriam estatuto de vocábulo. Ambas as questões dependem, segundo a autora, de um estudo amplo, antes de qualquer definição.

O estudo é rico pela variedade de aspectos abordados, que revelam a complexidade da negação, fenômeno ainda pouco estudado no PB. Além disso, e pela própria novidade do tema, Roncarati tem o mérito de levantar questões instigantes, que apontam para novos e promissores caminhos na investigação do fenômeno.

Em *Variação modal como estratégia argumentativa*, Gryner analisa a variação entre futuro do subjuntivo e presente do indicativo em orações condicionais, concluindo que essa escolha está vinculada à estrutura da argumentação.

Três parâmetros tidos como elementos constitutivos da argumentação são considerados na análise dos dados: a *generalização*, a *exemplificação* e a *perspectiva do argumento*. Os resultados caracterizam o uso do subjuntivo como típico de orações condicionais não-generalizadas, de não-exemplo e de refutação. O indicativo, por sua vez, aparece em orações generalizadas, de exemplo e de confirmação.

Essas associações refletem, segundo a autora, a postura do argumentador, que pode optar por fórmulas e fatos universais, previsíveis, mais próximos dos interlocutores (e por isso usar o indicativo, modo dos eventos fatuais), ou empregar fatos eventuais e evidências conceituais (valores expressos pelo subjuntivo). O conjunto de escolhas e o fato de haver convergência de fatores co-textuais permitem definir as variantes modo-temporais como parte de duas estratégias retóricas diferentes: a argumentação por adesão e a argumentação por distanciamento ou não-envolvimento.

O estudo de Gryner traz uma contribuição importante para a compreensão dos valores e funções dos modos verbais, ao levar a uma definição mais precisa e, ao mesmo tempo relativizada, da oposição *indicativo-factivo/subjuntivo-não-factivo*. Além disso, a análise representa um avanço na já clássica polêmica sobre o uso da metodologia variacionista no estudo de fenômenos não fonético-fonológicos, na medida em que mostra a pertinência dessa abordagem para questões de ordem semântico-pragmáticas.

O texto de Mollica - *Supra-segmentos de fronteira: principais causas e funções* - fecha a coletânea com um certo retorno ao início: seu objeto de estudo, como o de Silva & Macedo, também é, com frequência, considerado marginal e indigno de análise. Do mesmo modo que suas colegas, a autora consegue provar a impropriedade dessa postura.

Restringindo-se à ocorrência de pausa vazia e/ou entonação ascendente na fronteira  $SN_1 / SV$ , Mollica mostra que fatores de ordem psicolinguística e discursiva são decisivos para a presença/ ausência das marcas supra-segmentais.

Por um lado, variáveis estruturais revelam que  $SNs_1$  com mais de 8 sílabas, a presença de material interveniente entre  $SN_1$  e  $SV$  e a maior complexidade estrutural do  $SN_1$  são características que favorecem a



presença de supra-segmentos. Esses resultados, assim como a própria motivação dessas variáveis, explicam-se por razões de ordem psicolinguística, como dificuldades de processamento e limite de memória de curta-duração.

Nesse sentido, a autora levanta uma hipótese que tem tanto de original como de instigante. Ela sugere que o limite de 8 sílabas que marca o favorecimento da presença do supra-segmento estaria associado ao limite de 8 pés métricos do verso camoniano: ambos indicariam “o limite de memória dos falantes, determinando assim os ‘cortes’ sintagmáticos das sentenças”.

Do ponto de vista discursivo, o estudo mostra que a ocorrência de supra-segmentos é favorecida quando o referente do SN<sub>1</sub> é o tópico mais relevante, quando está mais fortemente conectado com outros referentes e quando é foco de contraste, o que sugere uma utilização voluntária desses recursos com finalidades comunicativas.

Concluindo, gostaria de ressaltar, mais uma vez, a seriedade e a riqueza dos estudos contidos nessa coletânea. Eles constituem uma leitura obrigatória para aqueles que se interessam tanto pela variação quanto pelo discurso, ou por ambos.

(Recebido em 13/11/96. Aprovado em 19/12/96)

#### Referências Bibliográficas

- ANDRADE, R. de (1995) *La position du sujet en portugais. Etude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Thèse de Doctorat. Katholieke Universiteit Leuven, Belgique.
- ANDRADE BERLINCK, R. de (no prelo) *Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português*.
- DUARTE, M.E.L. (1989) Clíticos acusativos, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: F. TARALLO (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp. P. 19-34.
- \_\_\_\_\_ (1995) *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado, Unicamp.

- GIVÓN, T. (1979) (ed.) *Syntax and semantics, vol. XII - Discourse and Syntax*. New York: Academic Press.
- \_\_\_\_\_ (1979) *On understanding grammar*. New York: Academic Press.
- HOPPER, P. J. (1991) On some principles of grammaticalization. In: E. C. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.) *Approaches to grammaticalization*, v. I. Philadelphia: John Benjamins.
- KATO, M.A. (1993) *Word order change: the case of Brazilian portuguese wh- questions*. Paper presented at The XI International Congress of Historical Linguistics, Los Angeles.
- \_\_\_\_\_ & E. RAPOSO (1994) *European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions*. Paper presented at The XXIV LSRL, Los Angeles: UCLA/USC.
- OMENA, N. (1981) Pronom personnel de la troisième personne: ses formes variantes en fonction accusative. In: D. SANKOFF & H. CEDERGREN. *Variation Omnibus*.
- SANKOFF, G. (1982) *The social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- TARALLO, F. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. Thesis. University of Pennsylvania: University Microfilms International.
- \_\_\_\_\_ (1985) The filling of the gap: PRO-DROP rules in Brazilian Portuguese. *Current Issues in Linguistic Theory* 36. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.
- \_\_\_\_\_ & M.A. KATO (1989) Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição* 5. Campinas, SP: Unicamp.
- VOTRE, S.J. & A. J. NARO (1984) Inversão do sujeito na fala carioca. *Boletim da ABRALIN* 6: 189-96.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Relatório Final - Projeto Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação. Volume III. UFRJ. P. 454-81.